

## ATA DO II ENCONTRO DAS EQUIPES DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DO IFPA

**Data:** 16 de maio de 2017 (manhã).

**Local:** Mini-auditório da Biblioteca do IFPA Campus Belém.

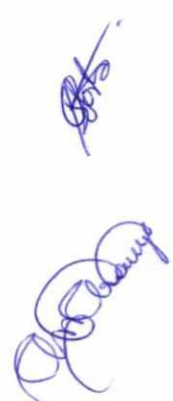
01 Aos dezesseis dias do mês de maio de dois mil e dezessete, no IFPA/Campus Belém, foi realizado o  
02 II Encontro das Equipes de Assistência Estudantil. Estavam presentes as equipes multidisciplinares  
03 dos *campi*; o Departamento de Assistência Estudantil e Ações Inclusivas da PROEN; a Pró-Reitora  
04 de Ensino e a palestrante convidada Prof. Lígia Nóbrega (IFRR). Inicialmente a Chefe do  
05 Departamento de Assistência Estudantil e Ações Inclusivas, a psicóloga Selma Silva fez a abertura  
06 do evento e pediu ao Prof. Manoel Antonio Quaresma, diretor do Campus Belém, para compor a  
07 mesa de abertura e retomou a fala sobre o encontro e o seu desejo que este traga conhecimento para  
08 a melhoria das ações da AE. Solicitou que todos os presentes se apresentassem, identificando seu  
09 cargo e respectivo campus de lotação. Em seguida agradeceu a todos pela presença e deu a palavra a  
10 Pró-Reitora de Ensino, a psicóloga Elinilze Teodoro, que registrou alguns desafios deste encontro,  
11 um deles era ter o olhar para os diversos públicos a serem atendidos pela AE e ao encerrar sua fala  
12 deu boas vindas aos presentes e desejou que o trabalho tenha sinergia necessária para a produção de  
13 bons resultados. Em seguida a palavra foi dada ao Prof. Quaresma. Em sua fala o professor ressaltou  
14 a sensibilidade do Reitor em atender as demandas advindas dos *campi* do IFPA. Também destacou a  
15 importância do valor do trabalho de cada servidor e do papel deste nas ações da instituição pública.  
16 O prof. aproveitou para relatar um fato ocorrido que marcou muito seu trabalho na instituição como  
17 exemplo a ser destacado pelo papel social que representou. Após a fala do diretor do campus Belém  
18 desfez-se a mesa. Deu-se início, então, a composição da mesa redonda com a participação do Chefe  
19 do Departamento Superior, como mediador da mesa redonda, José Edivaldo Moura da Silva e a  
20 palestrante convidada, Prof. Lígia Nóbrega do IFRR e a Pró-Reitora de Ensino, Elinilze Guedes  
21 Teodoro. O mediador procedeu a abertura do evento cumprimentando a todos os presentes e a mesa,  
22 em seguida relatou a formação da Prof. Lígia Nóbrega, dando a palavra a Prof. Lígia. A professora  
23 Lígia iniciou a palestra dando destaque para o tema em discussão: “A construção histórica e as  
24 marcas identitárias e políticas do Programa Nacional de Assistência Estudantil na Rede Federal”,  
25 que conforme sua abordagem se pautaria em dois eixos, o da política e do contexto social e político  
26 correspondente. A professora marcou a fala de muitos participantes do evento: que em sua  
27 apresentação solicitada no início do evento indicou a inexistência de assistente social em seu campus  
28 “*não temos assistentes sociais!*”, levando-a questionar: *Porque será?* Comentou que toda política  
29 nacional de educação está vinculada a um contexto social excludente, pois, todas as agências  
30 internacionais acabam por determinar as políticas educacionais pensadas aos países em  
31 desenvolvimento, a exemplo do Brasil. Outro exemplo é o caso do programa REUNE, que tem como  
32 agência de financiamento o Banco Mundial. Reforçou seu argumento lembrando que diferente do  
33 que muitos imaginam a política de expansão dos IFs e das Universidades, aparentemente recente, já  
34 estava prevista, desde 2007. Resumiu o propósito de toda a política educacional a formar força de  
35 trabalho e para formar dirigentes para conduzir todo o processo. Ressaltou que a marca da política  
36 educacional no país é historicamente a minimização do recurso de assistência ao estudante, tem sido  
37 assim desde os anos 90, uma década marcada pela privatização, em que as marcas identitárias de  
38 subsidiar minimamente os estudantes não são recentes. Ao falar de universalização do ensino foi  
39 categórica não acredita que não exista criança fora da escola, portanto é uma falácia. Avaliou como  
40 perversas as diferenças educacionais para muitos estudantes que já estão em desvantagens ao



41 entrarem na escola. Lembrou que assistência estudantil é antiga, desde século XIX, na cidade de  
42 Ouro Preto, já existiam políticas de assistência estudantil, ainda muito pautada em ações subsidiada  
43 e privada. Para finalizar sua fala destacou algumas fragilidades como se compreende a assistência  
44 social com propósitos de oferecer os mínimos sociais, porque é o que se quer, e alertou para  
45 proximidade perigosa entre a dar assistência ao estudante e a assistência social. Chamou também a  
46 atenção para nossos maiores desafios, de tomarmos os estudantes como sujeitos participantes da  
47 política da AE. Outra recomendação foi se inteirar das recomendações feitas por meio do ofício  
48 circular do TCU, o qual trata da necessidade de acompanhar o desempenho acadêmico dos  
49 beneficiados pela AE. E por fim a Prof. Lígia recomendou aos profissionais que executam a política  
50 educacional entendam que o programa de AE é o mal necessário, mas chama atenção para que não  
51 se reduza a “bolsificação”. Terminou a palestra com a leitura de um poema em anexo a ata. O  
52 mediador agradeceu e destacou para a importância da fala da Prof. Lígia Fernandes. Em seguida  
53 passou a palavra a Pró-Reitora de Ensino, Elinilze, que iniciou sua fala ratificando a necessidade dos  
54 profissionais da AE conhecer as políticas educacionais e está atento a toda legislação criada,  
55 buscando sempre os fundamentos do contexto político implícitos em tais dispositivos legais.  
56 Reforçou a ideia de que como executores das políticas educacionais devemos nos posicionar  
57 politicamente, por entender que a posição política é inerente a atuação profissional. Reportou-se a  
58 época da escola técnica em que as práticas assistencialistas eram realidade. Pediu a necessária  
59 sinergia na realização do trabalho da equipe da AE, com a Equipe pedagógica, com os  
60 coordenadores de curso e com a direção de ensino. Alertou quanto ao necessário exercício de  
61 articulação no trabalho de acompanhamento do ensino, pesquisa e extensão. Falou das melhorias da  
62 AE quanto à regulamentação das ações, mais ainda solicitou o maior conhecimento, por parte da  
63 equipe da AE sobre aspectos importantes deste estudante. Finalizou dizendo que a política tem como  
64 finalidade a redução das desigualdades sociais e da ampliação da participação com êxito na vida  
65 acadêmica do estudante. Edivaldo retomou a fala para fazer a abertura do debate. Antes das  
66 perguntas, Edivaldo comentou sobre as falas das palestrantes e realizou uma análise macro acerca da  
67 realidade econômica e política do país, fazendo relação com o cenário educacional. Logo em seguida  
68 deu início das perguntas com o prof. Mauro do Campus Itaituba perguntou em relação à  
69 universalização versus massificação da educação, indagando se o termo correto não seria  
70 democratização. Continuou a perguntar e indagou sobre a origem das políticas da assistência  
71 estudantil, sobretudo, acerca da institucionalização de tais políticas. Não havendo mais perguntas, a  
72 prof. Lígia começou a responder. A professora respondeu referente ao conceito da universalização  
73 da educação, a inexistência desta no atual sistema. Trouxe-nos que o curso de Serviço Social é o  
74 único curso que tem nos seus princípios a emancipação humana, isso pressupõe outra ordem social.  
75 Reforçou a ideia de que os discursos divulgados pela mídia devem ser questionados. Elinilze tomou  
76 a fala para reforçar que ainda temos muito a pensar sobre como fazer a AE. Edivaldo retomou a fala  
77 para avisar do intervalo para dar início a outra palestra. A professora Lígia fez suas considerações  
78 finais e fez convite aos presentes para participarem do Fórum Internacional de Serviço Social na  
79 Educação programado para ocorrer em outubro de 2017 na cidade de Franca - São Paulo. Também  
80 convidou os assistentes sociais a participarem na sua pesquisa de doutorado, que consistia na tarefa  
81 do preenchimento de um questionário *on line*. Após o intervalo deu início a apresentação de Eliani  
82 Neves, a qual demonstrou os dados referentes a assistência estudantil no IFPA no ano de 2016.  
83 Apresentou o quantitativo de *campi* que utilizaram o Edital Institucional. Também destacou as  
84 estratégias de acompanhamento da frequência e do rendimento acadêmico do estudante para a  
85 permanência do benefício. Observou que temos equipes realizando a visita domiciliar, buscando  
86 saber os motivos da infrequência dos estudantes, e que isso é uma excelente iniciativa. Apresentou  
87 as ações do Fórum Interno da Assistência Estudantil. Observou que muitos instrumentais precisam  
88 ser aprimorados para o atendimento mais eficaz da AE. Falou da preocupação do Departamento  
89 sobre a ausência de assistentes sociais em cinco *campi*. E, fez elogios aos *campi* que realizaram um  
90 trabalho para além da concessão do auxílio, mas do acompanhamento mais próximo das finalidades  
91 pretendidas pela assistência estudantil. Ressaltou a importância de divulgar os dados a comunidade  
92 institucional, buscando justificar as intervenções necessárias ao bom desempenho acadêmico dos  
93 estudantes. Encerrada a exposição deu início aos debates. A primeira pergunta tratou acerca da  
94 periodicidade do mapa apresentado, seguido de questionamentos sobre o auxílio eventual. Eliani  
95 esclareceu que foi a primeira iniciativa quanto a sistematização dos dados da assistência, mas que o  
96 Departamento pretende que esta ação seja anual. Quanto ao auxílio eventual esclareceu que todas as



97 orientações constam na Resolução N° 147/Proen. Selma Silva pediu a palavra e contribuiu  
98 esclarecendo sobre o auxílio eventual, sua origem e concessão. Ressaltou que a procuradoria se  
99 manifestou acerca dessa matéria e sugeriu a mudança de nomenclatura de “auxílio eventual” para  
100 “situação eventual”. A assistente social do campus Abaetetuba relatou a experiência do campus no  
101 que se refere a esse auxílio especificamente, afirmando a necessidade de avaliar a sua viabilidade,  
102 sobretudo com a escassez atual de recursos, evitando devolução. A psicóloga de Tucuruí requereu  
103 que as informações do Departamento de Assistência Estudantil da PROEN fossem enviadas com  
104 maior tempo para devolução, de preferência no início do ano para que o campus já se prepare para  
105 respondê-lo. Também solicitou maiores esclarecimentos de quais projetos poderão ser  
106 implementados pelo campus na área da assistência estudantil, visando a melhor utilização dos  
107 recursos. Todas as perguntas foram amplamente abordadas e respondidas pela palestrante. Sem mais  
108 a declarar, Ádria Maria Neves Monteiro de Araújo, Pedagoga da PROEN, lavrou a presente ata.





## ATA DO ENCONTRO DAS EQUIPES DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DO IFPA

**Data:** 16 de maio de 2017 (tarde).

**Local:** Mini-auditório da Biblioteca do IFPA Campus Belém.

01 Às 14:30 horas o palestrante Jeferson Simões iniciou sua palestra sobre “Elaboração do termo de  
02 referência para a execução das ações da assistência estudantil”. O palestrante alertou para o cuidado  
03 na elaboração do termo de referência, porque uma vez elaborado inadequadamente ocorrerá ônus  
04 para administração pública, na aquisição errada. Observou que em todos os casos de aquisição  
05 demandará a existência do Termo de Referência. Apresentou várias formas de licitação de vários  
06 formatos, das vantagens e desvantagens relacionadas aos gastos. O mais importante é saber se os  
07 gastos planejados são justificados. Tratou das especificidades de cada pedido de compra, isso vai  
08 depender da complexidade do pedido, portanto, para cada pedido de compra deve-se aliar a demanda  
09 do mercado existente com a necessidade institucional. Recomendou que a justificativa do pedido no  
10 termo de referência seja clara, esclareceu ainda, que o TCU autoriza que o pedido, objeto do termo  
11 de referência, possa ter a especificação similar ou equivalente a alguma marca para que a instituição  
12 não perca a oportunidade de adquirirmos o objeto, caso contrário podemos perder o objeto por falta  
13 de clareza. Finalizando sua fala alertou quanto aos processos que precisam de amostra para que a  
14 administração possa ser mais precisa nos pedidos, evitando com isso problemas com o  
15 fornecedor, pois uma aquisição ruim ao ser registrada dá a administração a possibilidade de fazer  
16 laudos para a recusa do material. Na sequência, a Selma Silva questionou o palestrante, se no  
17 momento da apresentação da amostra o requisitante pode recusar o objeto. O palestrante respondeu  
18 que na maioria dos casos de pedido poderia ser solucionado com o laudo de recusa para o melhor  
19 atendimento a administração, bem como maior atenção aos pedidos e empresas sérias. O palestrante  
20 para finalizar respondeu que muitos contratos deixam de cumprir com a eficácia esperada por falta  
21 de detalhamento do pedido, isso evitaria desperdícios de recursos, a exemplo de processo de  
22 aquisição de alimentação pronta, se o requisitante não especificar a informação do período de férias  
23 escolares poderá adquirir algo inadequadamente. A Chefe do departamento de assistência estudantil  
24 e ações inclusivas, Selma Silva, agradeceu ao palestrante e em seguida anunciou-se o intervalo. No  
25 retorno do intervalo deu-se início a palestra sobre o módulo da Assistência ao Estudante no SIGAA,  
26 pelo Chefe do Departamento de Registro e Indicadores Acadêmicos da PROEN, Jucinaldo Ferreira,  
27 que apresentou os caminhos para o acesso ao módulo da assistência no SIGAA, o módulo já se  
28 encontra disponível, basta fazer a solicitação ao Departamento da AE. Após a explicação foi iniciada  
29 as perguntas e considerações dos participantes. O Robson, do campus Bragança, fez elogio a  
30 iniciativa da PROEN pela criação da ferramenta no SIGAA. Jucinaldo respondeu a todos e destacou  
31 que o campus pode notificar a equipe da AE para gerar relatórios e demandas necessárias a atuação,  
32 que a alimentação do sistema é essencial para o bom desempenho do mesmo e que no caso de  
33 contato via email aos familiares, o sistema já possui o portal da família, ainda por ativar, para acesso  
34 aos pais dos menores de idade as informações pertinentes ao desempenho dos estudantes. Na  
35 sequência a programação com o relato de experiência da Assistente Social Cristina Mangabeira do  
36 campus Ananindeua na implementação do módulo de Assistência ao Estudante no SIGAA. Relatou  
as dificuldades do acesso ao sistema e das vantagens no uso da ferramenta e comentou o seu  
estranhamento pela falta de papel com a adoção da ferramenta. Encerrou com a avaliação positiva do  
uso do sistema e que representa um avanço muito grande no trabalho da AE, mais eficiente e eficaz.  
Respondeu a todas as dúvidas com ajuda do Jucinaldo referente a questões do tipo que não é



37 possível a exclusão de dados de um campus por outro, pois o SIGAA abre por campus, conforme a  
38 lotação do servidor, além disso, o sistema permite vários anexos, o que determinará o limite será o  
39 edital. Por fim a Eliani justificou o porquê a renda *per capita* não é suficiente para fazer a análise  
40 mais detalhada do assistente social. Selma tomou a palavra para dizer que a partir de 2018 todos os  
41 campi terão que fazer uso da ferramenta, logo em seguida agradeceu a contribuição dos palestrantes  
42 e de todos os presentes e deu por encerrado os trabalho do dia alertando que na manhã seguinte  
43 muito ainda teria a ser discutido. Sem mais a declarar, Ádria Maria Neves Monteiro de Araújo,  
Pedagoga da PROEN, lavro a presente ata.

## ATA DO II ENCONTRO DAS EQUIPES DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DO IFPA

**Data:** 17 de maio de 2017 (manhã).

**Local:** Mini-auditório da Biblioteca do IFPA Campus Belém.

01 Aos dias dezessete de maio de 2017, às oito horas e quarenta minutos, foi dado início ao  
02 segundo dia do II Encontro das Equipes de Assistência Estudantil do IFPA, no mini-  
03 auditório da Biblioteca do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará -  
04 Campus Belém. Iniciou-se com a palestra “Rotinas para Acompanhamento da Assistência  
05 Estudantil no IFPA”, proferida pela Chefe do Departamento de Assistência Estudantil e  
06 Políticas Inclusivas, Selma Silva, que falou sobre os motivos para realizar o  
07 acompanhamento aos estudantes atendidos pela Política de Assistência Estudantil – PAE,  
08 apresentando as bases legais contidas no Programa Nacional de Assistência Estudantil –  
09 PNAES, na Resolução 147/2016 e no Relatório da Controladoria Geral da União – CGU,  
10 acerca do controle de frequência e rendimento discente. Explicou que não basta aferir se o  
11 estudante tem baixa frequência ou rendimento, mas elaborar estratégias de intervenção a  
12 partir dessa constatação, a partir dos princípios ético-profissionais. Falou sobre o Ofício  
13 Circular 2/2107/SESU/SESU-MEC, com o Relatório de Auditoria Geral da União sobre o  
14 PNAES, que propõe a adoção de instrumentos para subsidiar a avaliação e o  
15 acompanhamento da execução dos auxílios concedidos por meio do PNAES. Falou sobre os  
16 papéis do psicólogo, do pedagogo e do assistente social na equipe da assistência estudantil.  
17 Pediu que no PTA de 2018 fosse previsto pelo menos um projeto com estratégias de  
18 intervenção a partir dos problemas de rendimento e frequência constatados. Explicou a  
19 importância de haver a identificação das situações, o registro dos atendimentos, a elaboração  
20 das estratégias e a devolutiva, de forma que cada atendimento tenha início, meio e fim.  
21 Apresentou um formulário de acompanhamento da assistência estudantil, que doravante  
22 deveria ser adotado pelos campi. Em seguida, abriu espaço para perguntas e manifestações  
23 dos participantes. O pedagogo Robson, do Campus Bragança, falou sobre a pertinência do  
24 instrumento de acompanhamento, mas expressou sua preocupação em que o preenchimento  
25 do mesmo não burocratize demais o trabalho dos servidores e os sobrecarregue. Falou  
26 também sobre a necessidade de pensarmos em estratégias para lidar com resistências.  
27 Perguntou sobre a necessidade do formulário apresentado estar vinculado ao SIGAA. Selma  
28 ressaltou os avanços que o IFPA teve com a aprovação de um modelo de edital de  
29 assistência estudantil pela Procuradoria Federal e com as funcionalidades dispostas no  
30 SIGAA, o que deve render maior tempo para as equipes de assistência estudantil se  
31 dedicarem a outras atividades. Explicou que o formulário estava em início de implantação e  
32 passaria por revisões ao longo de sua utilização. Em relação a possíveis resistências por  
33 parte de alguns servidores, ressaltou que isso é normal, devendo haver um esforço e  
34 persistência dos membros das equipes pedagógicas para implementar a rotina de trabalho.  
35 Professora Elinilze Teodoro, Pró-Reitora de Ensino do IFPA, falou que a sobrecarga das  
36 equipes de assistência estudantil é uma preocupação da PROEN, que está estudando uma  
37 melhor forma de organização do atendimento discente, que estabeleça um fluxo para esse  
38 atendimento, sendo que o assunto será tratado no encontro com os diretores de ensino do



39 IFPA que ocorrerá em agosto de 2017. Sônia, do Campus Altamira, elogiou a apresentação  
40 do instrumento apresentado, que deve resguardar o trabalho dos servidores da assistência  
41 estudantil. Sugeriu a elaboração de um documento, como uma nota técnica, com orientações  
42 sobre a utilização do formulário. Selma aceitou a sugestão e disse que seria elaborado um  
43 documento com essas orientações. Bruna, do Campus Belém, expressou sua preocupação de  
44 desvincular o atendimento escolar do atendimento clínico, uma vez que existe uma  
45 expectativa de que o psicólogo faça o atendimento à saúde mental. Sugeriu que os projetos  
46 apresentados expressem o caráter preventivo do trabalho do psicólogo no ambiente escolar.  
47 Selma falou sobre a importância do trabalho de acompanhamento ser da equipe e não  
48 somente de um profissional, sendo que haveria os atendimentos particulares, devendo os  
49 profissionais terem o cuidado de esclarecer o papel de sua atuação dentro do contexto  
50 escolar. Rejane, do Campus Belém, falou sobre as angústias por que passam os profissionais  
51 da assistência estudantil e sobre a necessidade de se discutir coletivamente as dificuldades  
52 encontradas, ressaltando a importância dos encontros promovidos pela PROEN. Selma Silva  
53 falou sobre o planejamento do PTA 2018, que deve se iniciar em outubro. O Fórum da  
54 Assistência Estudantil deverá ocorrer na primeira quinzena de novembro, para fins de  
55 apresentação do planejamento para 2018, ouvindo as solicitações dos estudantes.  
56 Esclareceu, contudo, que os fóruns não têm caráter deliberativo, devendo as demandas  
57 serem analisadas em conformidade com os recursos disponíveis. Na segunda quinzena de  
58 novembro, o PTA deve ser finalizado e encaminhado à PROEN até 15 de dezembro de 2017.  
59 Os editais de assistência estudantil deverão ser encaminhados no prazo de 15 de janeiro a 02  
60 de março de 2018. Em seguida, falou sobre o Memo Circular nº 16/2017/PROEN que, com  
61 base na Lei 13.146, de 13 de junho de 2015, todos os editais devem adotar a tradução  
62 completa do edital e de suas retificações em Libras. Foi feito intervalo para lanche. Em  
63 seguida, foi dado início à discussão da minuta do Núcleo de Assessoramento da Assistência  
64 Estudantil, o qual já havia sido encaminhada preliminarmente aos participantes. Dessa  
65 forma, Selma Silva leu apenas alguns pontos que haviam sido acrescentadas à minuta após o  
66 envio aos participantes. Em seguida, abriu espaço para manifestação dos participantes a  
67 respeito. Danielson, assistente social do Campus Castanhal, sugeriu que o Núcleo seja  
68 constituído por um representante de cada campus com assistência estudantil constituída, ao  
69 invés de por meio de eleição. Sugeriu que o secretário não seja integrante do Núcleo.  
70 Considera que as particularidades dos campi não ficam contempladas com a representação  
71 por mesorregião. Selma ressaltou a dificuldade de reunir com dezoito pessoas, que deixaria  
72 a equipe muito grande, defendendo a representatividade por meio das mesorregiões. Nilzete,  
73 do Campus Abaetetuba, concordou com a representatividade por meio das mesorregiões,  
74 considerando a dificuldade de garantir o deslocamento de dezoito pessoas, o que poderia  
75 ocasionar que as reuniões do núcleo ficassem esvaziadas. Danielson expressou sua  
76 preocupação em garantir a participação dos representantes dos campi mais distantes, uma  
77 vez que se a participação dos mesmos não estiver prevista na normativa será complicado  
78 justificar o deslocamento dos mesmos. Katarine, assistente social da PROEN, falou sobre a  
79 proposta de criação de uma comunidade virtual e sobre a preocupação do Departamento de  
80 Assistência Estudantil e Ações Inclusivas em garantir o caráter democrático das decisões, o  
81 que ocorreria com a representação através das mesorregiões. Selma defendeu que alguém do  
82 próprio Núcleo secretariasse as reuniões, pela dificuldade de conseguir alguém de fora para  
83 esse fim. Estela, do Campus Marabá Rural, concordou com a proposição de Danielson  
84 quanto a garantir a participação de representantes de todos os campi, considerando que seria  
85 difícil para o representante de uma mesorregião fazer a articulação entre todos os campi da  
86 mesma. Selma ressaltou que as discussões sobre assistência estudantil não ocorrerão  
87 somente no âmbito do núcleo, e que continuarão sendo coletivas, possibilitando a escuta de  
88 todos os campi. Os componentes do Núcleo terão a tarefa específica de auxiliar na  
89 formulação de algumas ações. Ressaltou que os representantes das mesorregiões terão



90 mandato de dois anos, sendo substituídos depois. Ressaltou a existência dos e-mails  
91 institucionais e outros instrumentos que podem ser utilizados para possibilitar a discussão  
92 coletiva dos assuntos referentes à assistência estudantil com os campi. Danielson  
93 problematizou a ausência da mesorregião do Marajó no documento, que seria representada  
94 pelo Campus Breves. Houve questionamentos sobre os critérios geográficos adotados para  
95 dividir as quatro mesorregiões apresentadas no documento. Selma explicou que os critérios  
96 seguiam a divisão oficial, com exceção de Breves, que ficou na Mesorregião Metropolitana.  
97 Foi colocado em votação se a representação do Núcleo seria por mesorregião, como já  
98 previsto na minuta, ou com representantes de todos os campi, conforme a proposição do  
99 servidor Danielson. 19 pessoas votaram por manter a representação por mesorregião, como  
100 previsto no texto. 4 pessoas votaram por haver representantes de todos os campi no Núcleo.  
101 Houve 1 abstenção. Em seguida, o servidor Mauro, do Campus Itaituba, sugeriu que não  
102 exista reeleição, para garantir maior rotatividade e possibilidade de participação de outros  
103 campi em novas eleições. Sugeriu ainda que houvesse a participação de discentes no  
104 Núcleo. Danielly Lopes, do Campus Bragança, sugeriu que a cada reunião fosse feito sorteio  
105 de quem seria o secretário da próxima reunião, para que não ficasse sempre a mesma  
106 pessoa. Selma falou que o Núcleo seria um espaço para discussões mais técnicas, e que o  
107 estudante já tem um espaço de participação que é o Fórum Interno da Assistência Estudantil.  
108 Mauro voltou a defender a participação de estudantes no Núcleo, considerando que seriam  
109 discutidas políticas que dizem respeito à comunidade estudantil. Exemplificou que os  
110 estudantes tinham representação no CONSUP, que é a instância máxima da instituição.  
111 Selma salientou que o fato de haver representante discente no CONSUP demonstrava não  
112 haver necessidade de ter representante discente no Núcleo, uma vez que as proposições do  
113 Núcleo poderiam ser apreciadas pelo CONSUP. Mauro retirou então a proposta de que  
114 houvesse representante discente no Núcleo, mas manteve a proposta de que não houvesse  
115 reeleição. A proposta foi submetida então à votação. Três pessoas votaram por garantir a  
116 possibilidade de reeleição, como previsto na minuta. Vinte e duas pessoas votaram pela  
117 proposta de que não houvesse eleição. Duas pessoas se abstiveram. Dessa forma, foi retirado  
118 do texto a possibilidade de reeleição. Robson, do Campus Bragança, sugeriu que o titular  
119 não indicasse o suplente, conforme previsto no parágrafo segundo do artigo 4º. Selma  
120 propôs então que essa indicação só fosse feita pelo titular na hipótese específica de não  
121 haver nenhuma indicação de outro campus. Vinte e cinco pessoas concordaram com a  
122 proposta. Houve uma abstenção. Não houve voto contrário. Sobre o secretário do Núcleo,  
123 Danielson propôs que se procurasse garantir um secretário externo ao Núcleo, do quadro  
124 permanente do IFPA, e somente na hipótese de não se conseguir esse servidor, a função de  
125 secretário fosse delegada a um dos membros, a cada reunião. Dessa forma, houve três  
126 proposta em relação à escolha do secretário. A proposta 1 foi de se manter o que estava  
127 previsto na minuta, de que uma pessoa fosse escolhida no início dos trabalhos do Núcleo  
128 para secretariar todas as reuniões. A proposta 2 foi de que fosse escolhido um secretário  
129 externo ao núcleo, do quadro permanente do IFPA. Somente na hipótese de não se conseguir  
130 o secretário externo, se escolheria então dentre os membros do Núcleo alguém para cumprir  
131 essa missão. Proposta 3 foi de que será escolhido a cada reunião um secretário para a  
132 reunião seguinte. Uma pessoa votou na proposta 1, uma pessoa votou na proposta 2 e vinte e  
133 quatro pessoas votaram na proposta 3. Dessa forma, foi decidido que será escolhido a cada  
134 reunião um secretário para a reunião seguinte. Foi definido uma alteração no artigo 7º, onde  
135 se manterá apenas o texto "Será eleito um representante por mesorregião". Mauro, do  
136 Campus Belém, propôs uma alteração do texto do artigo 11, onde se previa que as reuniões  
137 deveriam ser convocados com pelo menos três dias de antecedência. Ressaltou que seriam  
138 necessários pelo menos vinte dias de antecedência, para possibilitar a solicitação de diárias e  
139 passagens. A proposta foi submetida à votação, sendo que vinte e sete pessoas votaram a  
140 favor. Não houve votos contrários nem abstenção. Mauro, do Campus Itaituba, sugeriu



141 prever, em relação ao parágrafo terceiro do artigo 11, que se previsse a possibilidade de  
142 justificar a falta, conforme a legislação vigente. Vinte e quatro pessoas votaram a favor da  
143 proposta. Não houve votos contrários nem abstenção. Por extensão, a mesma observação  
144 será aplicada ao parágrafo quinto do artigo 11. Em relação ao artigo 14, Robson, do Campus  
145 Bragança, questionou acerca do inciso V, que previa dentre as atribuições do Núcleo  
146 “contribuir para a realização do Fórum de Assistência Estudantil no IFPA”. Foi esclarecido  
147 que, na verdade, se queria fazer menção aos encontros das equipes de assistência estudantil  
148 e não aos fóruns internos de assistência estudantil dos campi, sendo que a redação seria  
149 modificada nesse sentido. Foi sugerido que se numerasse o artigo que previa as  
150 competências do secretário. Em relação ao artigo 17, Danielson sugeriu que em caso de  
151 empate não fosse o servidor com mais tempo de atuação na assistência estudantil que tenha  
152 preferência, mas a presidente do Núcleo. Robson, do Campus Bragança, sugeriu que caso se  
153 decida que não será o servidor com mais tempo de atuação na assistência estudantil que  
154 desempatará uma questão, que não seja a presidente da comissão, que é a Chefe do  
155 Departamento de Assistência Estudantil. Danielson, ciente de que a presidente da comissão  
156 é a Chefe do Departamento de Assistência Estudantil, retirou sua proposta. Robson propôs  
157 que se previsse a possibilidade de que, no caso de uma mesorregião não possuir  
158 representantes, a vaga seja destinada ao suplente mais votado das outras mesorregiões.  
159 Nilzete, do Campus Abaetetuba, defendeu que se garanta a obrigatoriedade de um  
160 representante da mesorregião. Foram, então, caracterizadas duas propostas. A proposta 1 foi  
161 a de garantir a obrigatoriedade de um representante da mesorregião. A proposta 2 foi de que  
162 fosse prevista a possibilidade de que, no caso de uma mesorregião não possuir  
163 representantes, a vaga seja destinada ao suplente mais votado das outras mesorregiões. Vinte  
164 pessoas votaram na proposta 1 e duas pessoas votaram na proposta 2. Houve uma abstenção.  
165 Ana Carolina, do Campus Tucuruí, falou que não está claro na minuta como se dará o  
166 processo de eleição dos representantes das mesorregiões. Selma Silva esclareceu que o  
167 assunto seria tratado à tarde. As atividades da manhã foram encerradas às doze horas e dez  
168 minutos, havendo intervalo para o almoço. Sem mais a declarar, José Edivaldo Moura da  
169 Silva, Chefe do Departamento de Ensino Superior da PROEN, lavrou a presente ata.



## ATA DO II ENCONTRO DAS EQUIPES DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DO IFPA

**Data:** 17 de maio de 2017 (tarde).

**Local:** Mini-auditório da Biblioteca do IFPA Campus Belém.

01 Aos dias dezessete de maio de 2017, às quatorze horas e vinte minutos, foi dado  
02 continuidade ao segundo dia do II Encontro das Equipes de Assistência Estudantil do IFPA,  
03 no mini-auditório da Biblioteca do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do  
04 Pará - Campus Belém. Iniciou-se com a fala da Diretora de Políticas Educacionais e  
05 Presidente da Comissão Geral de Permanência e Êxito do IFPA, Marta Caetano, que  
06 proferiu a palestra "Plano de Permanência e Êxito". Marta apresentou uma cronologia da  
07 política de permanência e êxito no IFPA, iniciado a partir da publicação da Portaria  
08 138/2015, da SETEC, que estabeleceu a obrigatoriedade da elaboração dos Planos de  
09 Permanência e Êxito – PPE nas instituições federais de ensino. Mostrou a distribuição dos  
10 dezoito campi do IFPA no estado do Pará, sendo que cada campus precisou constituir uma  
11 comissão interna e elaborar o PPE do campus, sendo que já estávamos na segunda fase da  
12 implantação do plano. Explicou a metodologia utilizada ao longo da construção do PPE e  
13 falou sobre a importância do papel desempenhado pelas equipes de assistência estudantil na  
14 implementação do PPE. Falou sobre os indicadores de permanência e êxito, utilizados pelo  
15 SISTEC: ciclo de matrícula, matrículas finalizadas, retenção, concluinte, integralizado fase  
16 escolar, reprovado, evadido, desligado e transferido externo. Apresentou a estrutura do PPE  
17 Institucional e sobre a composição das comissões internas. Falou sobre o propósito do Setor  
18 de Assistência Estudantil em garantir a permanência dos estudantes e solicitou que deve  
19 haver um acompanhamento aos estudantes atendidos pela assistência estudantil, com o  
20 objetivo de auxiliá-los em suas dificuldades e evitar a desistência dos mesmos. Falou sobre  
21 os procedimentos para reingresso e acompanhamento pedagógico dos estudantes evadidos,  
22 que já estavam previstos em nossas normativas institucionais. Marta explicou a necessidade  
23 de haver uma articulação da CPE com a gestão geral e de ensino, docentes, discentes,  
24 Secretaria Acadêmica, Assistência Estudantil e Setor Pedagógico na execução do PPE.  
25 Salientou a necessidade da equipe de assistência estudantil fazer o acompanhamento dos  
26 indicadores acadêmicos no SIGAA e no SISTEC. Informou que deverá ser feito pela  
27 SETEC um trabalho de acompanhamento da implementação da política de permanência e  
28 êxito no IFPA e propôs algumas questões para reflexão: o campus no âmbito dos Institutos,  
29 está atendendo às metas institucionais do PDI sobre evasão escolar? Há definições sobre as  
30 causas da evasão escolar? Quais ações fazem a diferença no acompanhamento educacional?  
31 Os recursos tecnológicos são fundamentais na prática profissional de sala de aula? Que tipo  
32 de profissionais queremos formar? Para qual sociedade? Quais fatores da gestão escolar  
33 afetam o educando e o fazem deixar a sala de aula? Quais fatores externos ao educando  
34 afetam seu rendimento escolar e o levam a evadir? Marta falou sobre a indagação da  
35 SISTEC acerca do porquê os Institutos possuem uma evasão tão alta, com todos os  
36 instrumentais que possuem. Mauro, do Campus Itaituba, indagou a presidente da PPE  
37 Institucional como deve ser feita a composição das comissões do PPE nos campi, uma vez  
38 que as equipes de assistência estavam assumindo duplo papel. Marta respondeu que as



39 comissões precisam ser compostas por servidores com interesse no desenvolvimento das  
40 ações, devendo haver um diálogo com a gestão do campus para definir a melhor estratégia  
41 de composição, com o cuidado de não sobrecarregar os servidores. A palestra foi finalizada  
42 e houve um intervalo para lanche. Retomando as atividades, a Chefe do Departamento de  
43 Assistência Estudantil e Políticas Inclusivas, Selma Silva, deu início à eleição do Núcleo de  
44 Assessoramento da Assistência Estudantil. Os candidatos inscritos de cada mesorregião  
45 foram apresentados. Da Mesorregião Metropolitana/Marajó, formada por Ananindeua,  
46 Belém, Breves e Castanhal, as candidatas inscritas foram Rejane do Socorro da Silva  
47 Carvalho (Belém) e Ângela Iketani (Breves). Da Mesorregião Nordeste, formada por  
48 Abaetetuba, Bragança, Cametá e Vigia, as candidatas foram Nilzete Silva (Abaetetuba) e  
49 Danielly Lopes (Bragança). Da Mesorregião Sudoeste/Baixo Amazonas, formada por  
50 Altamira, Itaituba, Santarém e Óbidos, os candidatos inscritos foram Erielson Lisboa do  
51 Carmo (Óbidos) e Edileusa Pereira (Santarém). E da Mesorregião Sudeste, formada por  
52 Paragominas, Parauapebas, Marabá Rural, Marabá Industrial, Tucuruí e Conceição do  
53 Araguaia, houve inscrição apenas da candidata Ana Carolina Castro (Tucuruí). Foi  
54 explicado que cada campus teria direito a somente um voto. Foi solicitado que cada  
55 candidato se apresentasse e fizesse a defesa de sua candidatura. Iniciou-se a apresentação  
56 das candidatas da votação Mesorregião Metropolitana/Marajó e, em seguida, procedeu-se a  
57 votação, sendo que as candidatas Rejane do Socorro da Silva Carvalho (Belém) e Ângela  
58 Iketani (Breves) obtiveram dois votos cada, gerando um empate. Em seguida, foi feito a  
59 eleição do representante da Mesorregião Nordeste, sendo que a candidata Nilzete Silva  
60 (Abaetetuba) obteve três votos e venceu. Danielly Lopes (Bragança) obteve um voto. Foi  
61 feito a eleição do representante da Mesorregião Sudoeste/Baixo Amazonas, na qual a  
62 candidata Edileusa Pereira (Santarém) obteve três votos contra nenhum voto para Erielson  
63 Lisboa do Carmo (Óbidos), e foi eleita representante. Por fim, procedeu-se à votação da  
64 Mesorregião Sudeste, que contou com candidatura única de Ana Carolina Castro (Tucuruí),  
65 eleita com quatro votos. Houve um empate entre as candidatas da Mesorregião  
66 Metropolitana/Marajó, sendo que o critério de desempate foi o tempo de experiência na  
67 assistência estudantil. A candidata Rejane do Socorro da Silva Carvalho (Belém) declarou  
68 possuir quatro anos de experiência, enquanto Ângela Iketani (Breves) declarou possuir dois  
69 anos e nove meses de experiência. Dessa forma, na Mesorregião Metropolitana/Marajó a  
70 representante titular será Rejane do Socorro da Silva Carvalho (Belém) e a suplente será  
71 Ângela Iketani (Breves). Na Mesorregião Nordeste, a titular será Nilzete Silva (Abaetetuba)  
72 e a suplente será Danielly Lopes (Bragança). Na Mesorregião Sudoeste/Baixo Amazonas, a  
73 titular será Edileusa Pereira (Santarém) e o suplente será Erielson Lisboa do Carmo  
74 (Óbidos). Como a Mesorregião Sudeste teve somente uma candidata, Ana Carolina Castro  
75 (Tucuruí), a suplente será Estela Márcia França Potelho, do Campus Marabá Rural, indicada  
76 pela primeira, em conformidade com o previsto na minuta da Instrução Normativa do  
77 Núcleo de Assessoramento da Assistência Estudantil, aprovada neste encontro. Finalizada a  
78 eleição, Selma Silva pediu que os participantes se dividissem em equipes, sendo que cada  
79 equipe deveria possuir característica multidisciplinar, devendo possuir psicólogo, assistente  
80 social, pedagogo, professor e assistente de aluno. Foram formadas cinco equipes para a  
81 realização de estudo de caso. Cada equipe recebeu um folheto com um caso para analisar e o  
82 instrumental de acompanhamento da assistência estudantil apresentado pela chefe do  
83 Departamento de Assistência Estudantil e Ações Inclusivas da PROEN. Para o exercício, os  
84 grupos dispuseram de trinta minutos. Em seguida, cada equipe expôs o caso que estudou e  
85 apresentou as estratégias de intervenção pensadas pelo grupo para buscar a resolução do  
86 problema. Após a apresentação das cinco equipes, Selma Silva parabenizou as apresentações  
87 e considerou o objetivo do exercício alcançado, de mostrar a importância do trabalho  
88 interdisciplinar para o planejamento de ações de intervenção para as situações problemas  
89 vivenciadas cotidianamente pelas equipes de assistência estudantil dos campi. Em seguida,



90 houve a apresentação de uma peça de teatro intitulada “Projetos de Vida”, dos estudantes do  
91 curso Técnico em Telecomunicações do Campus Belém, sob orientação da professora de  
92 Artes do campus, Rosineide Lourinho, como parte do Projeto Arte por Toda Parte. Após a  
93 apresentação, a Pró-Reitora de Ensino agradeceu aos estudantes e à professora Rosineide  
94 Lourinho e chamou a equipe de assistência estudantil da PROEN, parabenizando pela  
95 organização do evento, bem como a toda a equipe da PROEN, que prestou o apoio  
96 necessário. Agradeceu a presença de todos os participantes. Agradeceu ainda a presença da  
97 equipe da ASCOM. Em seguida, Selma Silva também proferiu seus agradecimentos. Foi  
98 feito a foto oficial do evento e o Encontro das Equipes de Assistência Estudantil do IFPA foi  
99 encerrado às dezoito horas. Sem mais a declarar, José Edivaldo Moura da Silva, Chefe do  
100 Departamento de Ensino Superior da PROEN, lavro a presente ata.

